Revista Geoconexões online

As fronteiras entre o rural e o urbano: uma leitura dos impactos de expansão urbana no Quilombo de Juçatuba, Maranhão

GOMES, Gustavo Henrique Furtado [1]
RODRIGUES, Sávio José Dias[2]

Recebido (Received): 22/01/2026 Aceito (Accepted): 11/05/2026

Como citar este artigo: GOMES, G.H.F., RODRIGUES, Sávio José Dias. As fronteiras entre o rural e o urbano: uma leitura dos impactos de expansão urbana no Quilombo de Juçatuba, Maranhão. **Geoconexões online**. v.6. n.1, Edição Especial, p.19-34, 2026 (Dossiê: As Cidades sob diferentes perspectivas).

RESUMO: A expansão urbana trouxe profundas mudanças aos territórios quilombolas, afetando sua organização espacial, econômica e cultural. Este artigo analisa o impacto desse processo, com foco no desenvolvimento e na análise crítica de autores como Harvey (1980), Clark (1985) e Brenner (2005) que debatem sobre a expansão urbana e seus impactos na sociedade como a especulação imobiliária, nas mudanças nas formas tradicionais de ocupação da terra e nos desafios que as comunidades quilombolas enfrentaram para manter seu modo de vida. A urbanização conduz frequentemente a conflitos fundiários, deslocamentos populacionais e alterações na dinâmica produtiva, ameaçando a identidade cultural e a sustentabilidade destas áreas. O Quilombo de Juçatuba, localizado em São José de Ribamar, Maranhão, vivência um processo de crescente pressão urbana decorrente da expansão da malha metropolitana de São Luís. Essa realidade coloca em evidência a tensão entre o espaço rural-tradicional e a urbanização acelerada, que repercute diretamente na questão agrária e na manutenção da territorialidade quilombola. A presença de empreendimentos imobiliários, a especulação sobre a terra e a redefinição de usos do território desencadeiam conflitos fundiários e socioambientais que ameaçam a permanência das práticas culturais, religiosas e produtivas da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Território, quilombo, urbanização.

[1] Mestrado em Geografia. E-mail: gustavohfg15@outlook.com Orcid: https://orcid.org/0009-0007-0066-0796

[2] Doutor em Geografia. E-mail: savio.jose@ufma.br Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4576-3621

Revista Geoconexões online

The boundaries between rural and urban: an analysis of the impacts of urban expansion on the Juçatuba Quilombo, Maranhão

ABSTRACT: Urban expansion has profoundly transformed Quilombola territories, reshaping their spatial, economic, and cultural organization. This article examines the impacts of this process, engaging critically with authors such as Harvey (1980), Clark (1985), and Brenner (2005), who discuss urban growth and its social consequences, including real estate speculation, shifts in traditional land-use practices, and the challenges quilombola communities face in sustaining their livelihoods. Urbanization frequently generates land disputes, population displacement, and changes in productive dynamics, thereby threatening the cultural identity and long-term sustainability of these areas. The Quilombo of Juçatuba, located in São José de Ribamar, Maranhão, has been subjected to increasing urban pressure driven by the metropolitan expansion of São Luís. This context underscores the tension between rural-traditional spaces and accelerated urbanization, with direct implications for the agrarian question and the preservation of Quilombola territoriality. The advance of real estate developments, land speculation, and the reconfiguration of territorial uses fuel socio-environmental and land conflicts that endanger the continuity of the community's cultural, religious, and productive practices.

KEYWORDS: Territoriality; quilombo; urbanization

Introdução

O Estado do Maranhão concentra o maior número de comunidades autodeclaradas quilombolas do Brasil. Dados atualizados disponibilizados pela Fundação Cultural Palmares (FCP) dão conta de cerca de 908 quilombos. Esse número pode ser ainda maior, considerando-se que, em média, 40 novos requerimentos de certificação são apresentados anualmente à FCP.

Comunidades negras rurais cujo modo de vida origina-se das tradições e culturas herdadas dos seus antepassados escravizados e que ao longo do tempo foram configurando territórios de uso comum, resultado de fugas das fazendas ou mesmo após a abolição da escravatura, formando grupos comunitários seja nas "terras de dono" (fazendo referência aos lugares em que se reconhece a existência de um suposto proprietário das terras), "terras herdadas", "terras de santo", "terras de santíssima", "terras de preto" conforme Almeida (2008). Foram assim, constituindo suas territorialidades a partir do processo de ocupação espontânea. Entretanto, esse processo muito raramente foi considerado pelo Estado na definição, planejamento e execução das políticas, especialmente no que tange às políticas de colonização e de desenvolvimento regional.

A partir da década de 1970, o movimento negro ganha força e o debate em torno do reconhecimento dos quilombos se eleva ao cenário nacional, estabelecendo-se seus direitos étnicos e territoriais, consonante ao que prevê o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (ADCT) de 1988. Mais tarde, com a publicação do decreto 4887/2003 que regulamenta o referido Artigo 68, o território entra definitivamente no debate jurídico da questão quilombola, uma vez que lhes é assegurado o direito à titularidade das terras ocupadas. Para além das conquistas no campo jurídico, o debate quilombola despertou inúmeros estudos e pesquisas nos campos da História, Ciências Sociais, Antropologia, Direito e Geografia. Esta, despertará a procura em analisar o quilombo sobre a perspectiva do território, da territorialidade, das disputas e da dinâmica socioambiental desses grupos.

Analisar o quilombo enquanto fenômeno geográfico não linear no tempo, nos coloca em um exercício de concepção que, do ponto de vista metodológico, nos permite uma ponderação para entendê-lo enquanto parte de um processo de desenvolvimento mais lento, não comparável ao sistema econômico preponderante. Essa mesma perspectiva metodológica é mencionada por Saquet (2011) ao propor uma compreensão dos ritmos e das desigualdades, lembrando o papel das noções de temporalidade e territorialidade na apreensão das identidades, das relações de poder, das desigualdades e das diferenças.

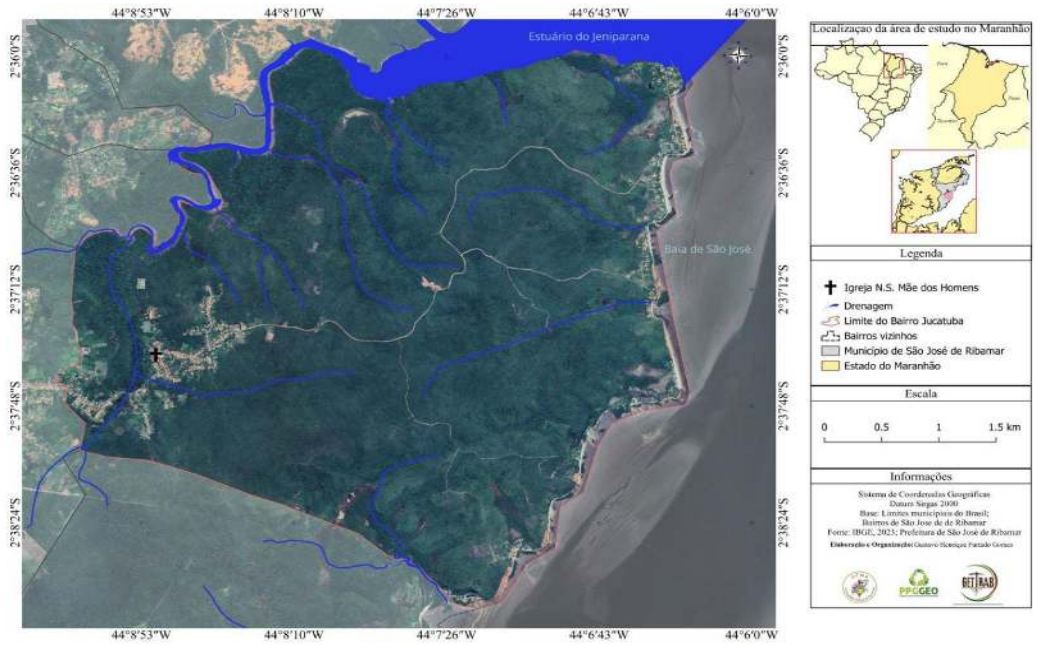
É necessário considerar o quilombo como um fenômeno geográfico transtemporal, observando as configurações territoriais por eles definidas, bem como as trajetórias percorridas e pouco exploradas pela ciência. Além do processo de ocupação, nas suas diversas frentes, evoca-se nesta proposta, as trajetórias ocultadas pelas narrativas, inclusive das ciências, que durante décadas limitaram-se ao reconhecimento do quilombo como espaço de insurgências.

De semelhante modo, temos a produção e reprodução da área da Grande São Luís – MA[4] foi acompanhada de riscos e prejuízos, incluindo danos humanos, materiais e ambientais; consequência do crescimento descontrolado das áreas urbanas que formam a ilha. A demanda da população por serviços e infraestrutura urbana é refletida nas práticas espaciais e temporais. geraram espaços distintos sob a perspectiva econômica e social. Segundo Harvey (1998, p. 201), “[...] As práticas espaciais materiais estão relacionadas aos fluxos, movimentações e interações físicas e materiais que acontecem no espaço e ao seu redor, de forma a assegurar a produção e reprodução da sociedade”.

Destaca-se o Quilombo de Juçatuba, localizado a 20 km da cidade de São José de Ribamar, e 24 km da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão. Um espaço marcado pela ancestralidade e pela permanência de práticas tradicionais reconhecida como remanescente de quilombos em 2007, mas que, ao mesmo tempo, encontra-se tensionado pelo avanço da urbanização e pelas dinâmicas da globalização.

[4] A Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) é composta pelos municípios de Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Paço do Lumiar, Presidente Juscelino, Rosário, Raposa, São José de Ribamar, Santa Rita e São Luís (Maranhão, 2020).

Figura 1-Mapa de localização do território quilombola de Juçatuba



Fonte: Prefeitura de São José de Ribamar (2023).

Nesse sentido, o quilombo torna-se um lugar estratégico para compreender os impactos da expansão urbana sobre comunidades tradicionais principalmente da área de estudo como Juçatuba que vem enfrentando desafios na questão agraria na localidade como

desmatamento desenfreado do domínio da pecuária .O quilombo de Juçatuba encontra-se em uma zona de transição, onde a lógica da expansão urbana da região metropolitana de São luís tensiona o modo de vida rural tradicional ,caracterizado em um cenário de vulnerabilidade entre o rural e o urbano ,mudando as formas tradicionais e na estruturação da ancestralidade quilombola de juçatuba.

Este trabalho organiza-se em três tópicos principais de discussão que estruturam a análise proposta. O primeiro, discute as raízes históricas e as expressões contemporâneas das desigualdades que marcam a experiência quilombola, evidenciando as formas de resistência frente às práticas de exclusão. O segundo tópico, aborda as dinâmicas de expansão urbana e sua interface com os territórios quilombolas, destacando os conflitos e tensões gerados pelo avanço da urbanização sobre áreas tradicionalmente ocupadas. Por fim, o terceiro tópico, busca articular os debates teóricos acerca da produção do espaço e da segregação socioespacial com a realidade concreta desses territórios, enfatizando a relevância da teoria crítica urbana para compreender as contradições que permeiam a vivência quilombola atualmente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quilombo e a injustiça social

Atualmente o conjunto de estudos e análises sobre as comunidades quilombolas presentes no Estado do Maranhão, partem principalmente de um cenário de situações envolvendo os conflitos socioambientais, a exemplo, o caso dos territórios quilombolas em Alcântara. Além de casos específicos que partem dos estudos etnográficos, no campo da antropologia, estudos históricos e, mais recentemente, estudos destacando as ações políticas de grupos mobilizados pela garantia de direitos territoriais e de enfrentamentos aos conflitos impostos.

Historicamente, o território quilombola constitui-se a partir de grupos formados desde o período colonial, resultantes, em grande parte, da fuga de pessoas escravizadas que resistiram ao regime escravocrata. Esses espaços tornaram-se símbolos de luta e resistência, onde seus habitantes desenvolveram formas próprias de organização social. É nesse território que se afirmam identidades, fortalecidas pelo sentimento de pertencimento e pela continuidade de práticas culturais, da ancestralidade e das crenças que estruturam a vida comunitária.

Para um embasamento teórico sobre alguns elementos nessa discussão, temos a

partir de Paul Claval (1999) a cultura como um elemento de forte influência na constituição do espaço. As relações que os indivíduos estabelecem com o espaço, demarcam seus lugares e suas culturas e o território e a ocupação deste espaço seria a delimitação das fonteiras, dos lugares, das regiões, das nações.

Sob a leitura de Milton Santos (2011), na obra "Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial" conceitua território como "o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da existência" (Santos, 2011, p. 13). Assim, o autor analisa o território tendo em vista a relação sociedade e natureza nas mais diversas acepções.

> [...] não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquele que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e de exercício da vida (Santos, 2011, p. 14).

A obra "A justiça social e a cidade" por David Harvey (1980) traz contribuições acerca do processo do capitalismo vivenciados pelos modos de produção, o solo é tratado como mercadorias é possível entender que o território quilombola passou durante anos desde o período escravocrata, formas de resistência a questão do uso da terra pelos agricultores e pelos fazendeiros que são influenciados pelo capitalismo.

Marx (1859) observou com bastante atenção ao significado de valor de uso e valor de troca na sociedade capitalista, ele identifica a criação de valor de troca reside no processo social de aplicação de trabalho socialmente necessário aos objetos da natureza para criar os objetos materiais apropriados para o consumo de uso pelo homem que são transformados e modificados pelos mesmos.

O processo capitalista se expandiu nas cidades e também no campo, afetando consequentemente os quilombos através dos modos de produção com o uso do solo pela pecuária, especulação imobiliária bem como a invasão de terras das comunidades tradicionais que colocam em risco a identidade e aos aspectos socioculturais e socioterritoriais causados pelo processo e ligação urbana atrelados ao capitalismo e também dos impactos ambientais como os desmatamentos e as queimadas.

Marx (1859) destaca a escravidão como um elemento central do capitalismo e que sua forma moderna era uma combinação de brutalidade antiga com a produção de valor onde as pessoas escravizadas eram mercadorias espalhadas por todo o território brasileiro. Para Marx a escravidão era uma forma de exploração histórica atrasada que deveria desaparecer, pois o

trabalho assalariado livre representava o futuro capitalista, ambos tinham forma de produção como a produção do uso do meio natural pelo homem para a fabricação de materiais para uso, assim como tinha os escravos que possuíam um senhor que colocava para trabalhar e governava comercializando as pessoas.

O espaço só tem significado quando há uma forma das pessoas se definirem no mesmo, assim o homem reconheceria o relacionamento entre seus vizinhos, e o que leva a julgar a importância dos acontecimentos de outros lugares nesse sentido a maneira como o espaço é encarado por ter um efeito profundo sobre os processos sociais, de acordo com Harvey (1980).

Na escala da ciência geográfica com uma ciência global entre os objetivos busca por uma justiça social, nas relações humanas é inerente uma profunda e arraigada desigualdade entre os grupos sociais, entre os povos e entre todo o mundo, isto se dá em função da disseminação do modelo capitalista global, sabemos que esse modelo depende da relação explorador-explorado.

Existem duas dimensões que Harvey (1980) denomina de imaginação sociológica e imaginação geográfica. Ambos são fundamentais para a construção espacial da cidade, além de estabelecerem os usos que se fazem dela a imaginação sociológica é o objeto que dá habilidade ao homem de reconhecer a sua própria existência, as relações entre o indivíduo e a sociedade e o papel do indivíduo na história, a imaginação geográfica ou consciência espacial habilita o indivíduo a reconhecer o papel do espaço e do lugar em sua própria biografia.

Nessa perspectiva, cabe analisar o quilombo de Juçatuba inserido próximo a dois grandes núcleos urbanos, São José de Ribamar – MA e São Luís – MA. Observa-se a cidade cada vez mais urbanizada e a influência do homem na transformação do espaço geográfico, causa uma perca das tradicionalidades bem como as territorialidades quilombolas que é dotada de ancestralidade, cultura e identidade.

Conforme demonstrado no quadro 1 A dimensão territorial é mais crítica ,a expansão urbana e a voracidade do mercado imobiliário avançam sobre as áreas tradicionais gerando conflitos fundiários e sobreposições territoriais,como na região de Bom jardim II .Essa fragilização do controle sobre a terra exige da comunidade uma constante articulação política,transformando a posse do solo em uma pauta de luta ativa pela sobrevivência do próprio quilombo que é uma comunidade rica em aspectos culturais e religiosos e rica de ancestralidade.

Quadro 1 – Consequências da relação rural–urbano no Quilombo de Juçatuba (atual)

DIMENSÃO	DINÂMICA RURAL–URBANA	CONSEQUÊNCIAS NO QUILOMBO DE JUÇATUBA
Mobilidade populacional	Migração pendular para centros urbanos (principalmente São Luís)	Saída diária de moradores para trabalho e estudo; dependência do urbano e esvaziamento relativo do território
Uso e ocupação do solo	Expansão urbana e pressão imobiliária	Redução de áreas tradicionais; conflitos fundiários e sobreposição com assentamentos (ex: Bom Jardim II)
Economia local	Substituição de atividades rurais por trabalho urbano	Diminuição da agricultura de subsistência; aumento da renda monetária, porém com maior dependência externa
Cultura e identidade	Contato com valores urbanos	Transformações culturais; resistência através de festas religiosas e práticas tradicionais que reafirmam identidade quilombola
Territorialidade	Urbanização acelerada na Ilha do Maranhão	Fragilização do controle territorial e necessidade de luta política pela terra
Infraestrutura e serviços	Aproximação com áreas urbanas	Maior acesso a serviços (educação, transporte), mas também desigualdades e precariedade em políticas públicas
Demografia	Proximidade de centro urbano metropolitano	Tendência de evasão populacional e mudanças no perfil etário da comunidade

Fonte:Gomes,2026

O autor, em sua obra, apresenta o conceito de justiça social baseado em um conjunto de fatores que surgem da necessidade de cooperação social. Trata-se da distribuição justa dos benefícios obtidos por meio dessa cooperação, de forma que todos possam ter acesso à justiça nas cidades e à igualdade na sociedade. Nesse contexto, as cidades estão cada vez mais atreladas ao domínio do capitalismo, o que gera diversas injustiças sociais, provocadas pelo sistema político marcado pela corrupção e pelos desvios desenfreados sustentados por processos ideológicos.

A cidade constitui a maior expressão das contradições sociais, por concentrar em seu território a diversidade das classes e das relações de exploração que se intensificam no espaço urbano. A urbanização é marcada por um processo de segregação e hierarquização espacial, no qual o crescimento desordenado das cidades e o aumento demográfico acentuam as

desigualdades. Nesse sentido, as periferias tornam-se os territórios mais vulneráveis, onde a população pobre enfrenta, de forma mais intensa, os efeitos da injustiça social, materializados na desigualdade de acesso a direitos, na exploração do trabalho — em alguns casos aproximando-se de formas contemporâneas de escravidão — e nas diversas práticas de discriminação que reforçam a marginalização urbana.

ENTRE A FRONTEIRA DO URBANO E O RURAL

A urbanização em sua crescente desenfreada favoreceu as desigualdades sociais, principalmente aos países emergentes em que o capitalismo aconteceu de forma tardia. e consequentemente a especulação imobiliária que se expandiu nas cidades e também em zonas rurais e fora delas. Os aspectos sociais é um elemento importante para o desenvolvimento das cidades como a cultura, esporte, saúde e educação que é visto por uma pequena parcela da população nos centros urbanos que não é aproveitada em outros bairros causando uma segregação socioespacial tanto nas comunidades quilombolas como por outros sistemas sociais.

Dentre os estudos no campo da geografia urbana, Clark (1985) enfatiza que os aspectos urbanos foram sendo adicionados nos estudos com o surgimento de outras tendências que explicavam a realidade sob as (re)produções das cidades ao longo do tempo foram sendo feitas sobre uma diversidade de enfoques em seu conteúdo, destacando-se a análise e modelização de sistemas urbanos, a análise social das áreas e a abordagem política.

Clark (1985) estabelece os processos que moldam as cidades e a urbanização contemporânea na expansão da mancha urbana ele classifica esse crescimento urbano como um fenômeno global, onde se pode analisar diferentes fatores como econômico, social, político e culturais na formação e no desenvolvimento das cidades mostrando os avanços das cidades com a globalização que se mostra evoluída com as trocas comerciais, evolução dos meios de transporte para deslocamento de pessoas e no fluxo de mercadorias associado ao capitalismo e ao uso do solo.

Estabelecemos como primeira relação o uso do solo, a partir de suas ocupações pela população e pelo capital. As cidades - e suas diferentes partes - são constituídas por múltiplas formas estruturais, marcadas por características demográficas, econômicas, políticas e ambientais contemporâneas. O uso do solo está diretamente associado ao desenvolvimento urbano, que se intensificou ao longo dos anos, especialmente com o êxodo rural - movimento de saída do homem do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida - e com a mecanização agrícola. Nesse sentido, como ressalta Clark (1985), o crescimento

urbano impulsionou a expansão das áreas periféricas, a intensificação da mancha urbana e o agravamento das consequências socioambientais sobre o território.

Para Milton Santos (1998), o conceito de território é composto por um conjunto de variáveis interdependentes - produção, firmas, instituições, fluxos, fixos, relações de trabalho, entre outras - que constituem a configuração territorial. Essa configuração resulta da articulação entre recursos naturais, como lagos, rios, planícies, montanhas e florestas, e recursos criados, como ferrovias, rodovias, condutos, barragens, açudes e cidades. É esse arranjo, organizado em sistema, que forma o território, cuja realidade e extensão se confundem com a própria materialidade do Estado-nação. Nesse sentido, o território é também expressão das relações de poder, sendo o Estado um dos principais agentes de normatização e regulação da vida em sociedade.

Quando observamos os territórios quilombolas, como os de Juçatuba, identificamos um espaço dotado de recursos naturais e culturais, mas que sofre intensamente os impactos do desmatamento, da especulação imobiliária e de pressões socioambientais diversas. Na perspectiva de Santos (1998), o território é igualmente o espaço vivido, relacionado ao pertencimento, à identidade e à memória coletiva. Assim, no caso das comunidades quilombolas, o território se constitui também como espaço de reprodução cultural, de práticas religiosas e de ancestralidade.

Essas transformações urbanas que incidem sobre o Quilombo Juçatuba não se restringem apenas às mudanças materiais do território, mas também atingem dimensões simbólicas e culturais. O avanço da cidade sobre os espaços quilombolas redefine a relação da comunidade com a terra, ameaçando práticas de sobrevivência, como a agricultura familiar, a pesca artesanal e os rituais religiosos ligados ao território.

Além disso, a pressão da especulação imobiliária fragiliza os vínculos de pertencimento e ameaça romper a transmissão intergeracional de saberes e práticas ancestrais. Nesse contexto, a luta pela terra torna-se também uma luta pela memória e pela identidade coletiva, em que a preservação do território não representa apenas a defesa de um espaço físico, mas a resistência de uma herança cultural fundamental para a continuidade da vida no quilombo frente às dinâmicas excludentes do capitalismo urbano.

Martins (2010) ao trabalhar a relação campo e cidade no Brasil, descreve que a mesma é assimétrica pois,

> [...] ocorre por meio de um conjunto de atividades que passaram a ser desenvolvidas nestes ambientes, no qual na cidade temos a materialização da produção de bens materiais ligados ao ciclo da terra com a agricultura urbana, e no campo tem-se arraigado as atividades ligadas ao lazer, à prestação de serviços e ao trabalho não propriamente agrícola (Martins,

p.36, 2010).

Lefebvre (1999) afirma que “a perda dessas características tradicionais está diretamente relacionada as novas relações estabelecidas entre a população quilombola e a cidade” (p.179), portanto, em alguns apontamentos, a observação da saída de pessoas da comunidade de Juçatuba para realização de atividades na cidade, consequentemente tem contribuído para perda de tradicionalidades, principalmente através dos mais jovens que acabam se interessando por atividades urbanas e deixando de lado os costumes do território de origem, ocasionando o apagamento de suas tradicionalidades e costumes.

Clark (1985) contribui de maneira significativa para a compreensão das transformações urbanas ao analisar a expansão e a proximidade da mancha urbana como um processo diretamente conectado aos fenômenos globais de reestruturação econômica e territorial. Essa perspectiva permite entender que a urbanização não se restringe apenas ao crescimento físico das cidades, mas envolve a articulação de fluxos de capitais, pessoas, mercadorias e informações que redesenham continuamente o espaço urbano e seus limites.

Nesse cenário, as cidades oferecem tanto oportunidades quanto contradições, uma vez que, ao mesmo tempo em que concentram serviços, infraestrutura e possibilidades de ascensão social, também produzem mecanismos de segregação socioespacial que marginalizam determinados grupos sociais. Comunidades quilombolas, sejam elas situadas em áreas urbanas ou rurais, tornam-se emblemáticas desse processo: elas vivenciam cotidianamente a pressão da expansão urbana, a especulação imobiliária e a imposição de novas dinâmicas de uso do solo, enfrentando fluxos sociais e materiais que desestabilizam suas formas de organização, modos de vida e vínculos territoriais historicamente construídos.

A TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA E A TEORIA CRÍTICA URBANA

A teoria crítica de espaços da urbanização discutidos por Brenner (2010) envolve e faz críticas quanto a ideologia e as relações de poder que causam a desigualdade da injustiça e da exploração existentes nas cidades e ao redor delas. Dentro desse aspecto Marx (1859) entende a crítica da economia política não só como uma crítica das ideias e sobre o capitalismo, mais sim como uma crítica o próprio capitalismo que esta entrelaçado as formas de poder, exclusão social a partir da segregação causando injustiças e tornando as cidades em um ambiente desigual.

Nas relações de poder o Estado tem um papel fundamental na transformação e na construção do espaço urbano, através de políticas públicas de qualidade favorecendo as

comunidades carentes e dentro dessa política trazer o bem estar e oportunidades para as populações das áreas urbanas e rurais ou em diversos tipos de comunidades tradicionais como áreas quilombolas essas políticas muitas das vezes são deixadas de lado e a população cada vez mais marginalizadas pelo sistema capitalista e pelo viés ideológico sem acesso a saúde, educação e moradia digna ou até mesmo violentadas e discriminadas perante ao Estado.

Dentro da pesquisa a teoria crítica urbana relaciona-se com a pesquisa através da influência do capitalismo urbano que envolve a Comunidade Quilombola de Juçatuba, através do capítulo “O que é a teoria crítica urbana?” (Brenner, 2010). Assim é possível analisar como o capitalismo molda o espaço urbano e traz consequências para as territorialidades quilombolas, bem como as transformações a identidade da população como a desigualdade e exclusão e também as resistências quilombolas que lutam pelos seus territórios invadidos através do capitalismo, pôr isso é importante a discussão sobre território e territorialidades e entender como o sistema transforma o espaço geográfico.

Saquet (2011) lembra que o “território é resultado do processo de territorialização e das territorialidades vividas por cada grupo social em cada relação espaço tempo”. Segundo o autor:

[…] a territorialização pode ser compreendida como apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades que envolvem as diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados (Saquet, 2011, p. 22).

Para Raffestin (1977) apud Saquet (2011) a territorialidade compreende-se como “um conjunto de relações que se inscrevem no tempo e no espaço é múltipla e acontece na relação sociedade-natureza como relações simétricas e dissimétricas (relações de poder) que permitem ou não satisfazer as necessidades dos homens”. Ainda segundo o autor, são relações que acontecem em diferentes níveis de escala, podendo ser permanentes ou temporárias.

As concepções acima apresentadas nos permitem analisar o contexto no qual se estabelecem as relações de produção do espaço denominado quilombo e como agem os sujeitos e agentes envolvidos nesse processo. Isso inclui atentar-se ainda para a construção de identidades que dão sentido ao território, efetivando-o enquanto unidade constituída de valor simbólico, o que reflete na maneira de apropriação e uso dos recursos e no estabelecimento de novas relações na comunidade, conforme aponta Oliveira e Silva (2017).

No processo de territorialização dos quilombos, observa-se o “regime de propriedade comum”, o “sentido de pertencimento a um lugar específico” e a “profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva” (Cruz, p.24, 2013) como elementos marcantes. O autor ressalta, a importância da territorialidade desses grupos está na dimensão fundamental da afirmação dos direitos coletivos, pois é nela que reside a garantia do reconhecimento de uma identidade coletiva e a defesa da integridade dos diferentes modos de vida associados a matrizes de racionalidades pautadas nas diferentes formas de uso significado do espaço e da natureza.

Nesse contexto, os territórios quilombolas autodeclarados, aqui delimitados, se destacam, na medida em que decidem romper com um sistema de exploração e adotar uma postura de resistência pelo direito ao território livre. Aqui, novas trajetórias e novos processos de redefinição do sentido do território ganham ênfase. O sentido dado ao território pelos antepassados, sob determinadas circunstâncias, já não pode ser considerado o mesmo atualmente. Essa evolução temporal do sentido do território ganha notoriedade à medida que novos desafios são postos, tanto do ponto de vista dos sujeitos, passando pelo próprio território até as possíveis interpretações, especialmente na Geografia, ainda bastante carente de argumentações para compreender a plenitude de tal processo e que são influenciadas pelo capitalismo atrelados ao modelo global de produção.

Diferente da ciência urbana convencional com o paradigma ecológico, a teoria crítica urbana envolve uma crítica a ideologia dominante do poder das injustiças, das desigualdades e explorações existentes tanto nas cidades como entre outra forma de urbanização mais democrática, socialmente justa e sustentável é possível (Brenner,2010, p.21)

A ideia de estrutura é modificada a partir de outras matrizes teórico-conceituais e com base nessa perspectiva a ideia de estrutura é modificada a partir de outras matrizes teórico –conceituais e com base em evidencias empíricas deixando de ser fruto processos ecológicos de competição e adaptação funcional e biótica como ciência urbana convencional a estrutura urbana passou a ser entendida como resultado de conflitos sociais de classes em que atuam os mais variados agentes na produção do espaço urbano em articulação entre processos e dinâmicas locais com a escala mais amplas, envolvendo a dimensão econômica, política e cultural.

Assim, pensar a estrutura urbana no âmbito de um pensamento urbano crítico requer estar ciente de que a cidade é produzida por agente sociais e sujeitos coletivos, e que as suas diversas partes que compõe a relação do uso do solo, ou até mesmo os fatores naturais

e aspectos ambientais que são os processos ecológicos e analisar que a estrutura urbana é uma totalidade e pensar a cidade urbana mais democrática sem separação de classes ou de direitos.

Em muitas décadas, várias transformações são produzidas na cidade, essas transformações seriam um processo de estruturação urbana, ou seja, na medida em que se expande para a periferia que se fazem novos usos nos espaços urbanos ela está sendo transformada no decorrer dos anos e por conseguinte estruturada.

A cidade vem sendo estruturada nesse mesmo sentido, com a produção do centro principal, das áreas residenciais e das áreas industriais. No entanto, essa organização não implica necessariamente uma reestruturação urbana, uma vez que os elementos que compõem a cidade não são redimensionados em sua natureza e importância. Isso ocorre, por exemplo, quando um empreendimento, como um shopping center ou um supermercado instalado em uma periferia, modifica a dinâmica e a estrutura urbana local. Pensar as transformações das cidades é também refletir sobre as transformações sociais, em busca de formas mais democráticas de organização que favoreçam a cidade em sua totalidade.

As ideologias, a separação de classes e as diferentes formas de luta e resistência são expressões das contradições do capitalismo, que se vinculam às mazelas sociais presentes tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, atingindo desde a população dos grandes centros até as comunidades tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão urbana em comunidades quilombolas constitui um processo complexo, marcado por oportunidades e desafios. Por um lado, pode contribuir para a melhoria da infraestrutura, do acesso a serviços básicos e da qualidade de vida dos moradores. Por outro, pode gerar efeitos negativos, como a especulação imobiliária, o deslocamento forçado, a perda de territórios tradicionais e a descaracterização da identidade cultural. Para que a expansão urbana seja sustentável e respeite a história e os direitos dessas comunidades — herdeiras da luta de escravizados fugitivos —, torna-se essencial um planejamento participativo, a formulação de políticas públicas inclusivas e a observância das leis de proteção territorial, como os direitos à terra assegurados pela Constituição Federal de 1988 e regulamentados pelo Decreto nº 4.887/2003.

Dessa forma, o desenvolvimento urbano poderia ocorrer sem comprometer a identidade, a memória coletiva e a autonomia política e cultural das comunidades quilombolas. A análise aqui realizada permitiu compreender as transformações urbanas sob a lógica do

capitalismo global, que, ao privilegiar o mercado, intensifica o crescimento das cidades ao longo do tempo, ampliando desigualdades sociais e impactos ambientais.

Nesse debate, a revisão teórico proposta é fundamental para a compreensão da dinâmica dos territórios quilombolas na Ilha do Maranhão, sobretudo a partir da expansão da mancha urbana de São Luís. Esses referenciais teóricos permitem evidenciar as desigualdades associadas à segregação socioespacial, ao uso do solo e às resistências frente às pressões da especulação imobiliária, além de demonstrar como o ser humano, ao produzir o espaço, transforma não apenas a cidade, mas também a própria natureza e o território geográfico em que vive.

Referências

BRENNER, N.; KEIL, R. (Orgs.) The Global Cities Reader. New York: Routledge, 2005.

CLARK, David. Introdução à Geografia Urbana. São Paulo, DIFEL, 1985.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. Florianópolis: Editora UFSC, 1999.

CRUZ, Walter do Carmo. Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, Henri (org). Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.,v. 1, p. 119-176.

FILHO, B. Os novos capitães do mato: conflitos e disputa territorial em Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de Território para entender a desterritorialização. In: Milton Santos e Bertha K. Becker (Orgs.) Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: PPGG/UFF/DP&A. 2006.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980. 291p.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 178p.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica. Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/2769> Acesso em 12 set. 2025. https://doi.org/10.4000/etnografica.2769

MARTINS, G. I. A relação campo e cidade: novas urbanidades e ruralidades, definições e (re) definições. Caminhos de Geografia, Uberlândia v. 11, n. 36 dez/2010 p. 37 - 51. https://doi.org/10.14393/RCG113616249

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. Revista de Antropologia da USP, n. 28, p. 56-63, dez/fev. 1995/1996. São Paulo: USP. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63

OLIVEIRA, Andressa Rodrigues Sensato; SILVA, Carla Holanda da. Território, territorialidade e identidade territorial: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico. In: Cadernos de Geografia, v. 27, n 49, 2017. Disponível em: <periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view> Acesso em 12 set. 2025.

https://doi.org/10.5752/p.2318-2962.2017v27n49p411

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. São Paulo - SP. Ed. Bon Tempo 2011.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

SAQUET, Marco Aurélio. Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.